



### **Apresentação:**

No lançamento do programa “Caravana de Direitos” da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que ocorreu em 23 de maio de 2015, na Vila Olímpica do Complexo do Alemão, o Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência (NUDEM) e a Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça entrevistaram 173 mulheres com o intuito principal de identificar se as moradoras da região conhecem os serviços públicos à disposição das mulheres em caso de violência e se utilizam a rede pública de saúde.

A partir de um questionário quantitativo cujo conteúdo foi discutido previamente pelo grupo que aplicaria as entrevistas (anexo 1), foram feitas perguntas sobre quais instituições as mulheres deveriam procurar em caso de violência e se conhecem a Lei Maria da Penha, bem como sobre a sua percepção de direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, foi perguntado se conhecem a Defensoria Pública e se já utilizaram seus serviços.

As respostas foram tabuladas e o resultado será apresentado nesse relatório. Trata-se de uma análise inicial, pois ainda não há cruzamento dos dados que possam trazer uma perspectiva mais aprofundada do perfil das mulheres que responderam as perguntas. Os dados serão apresentados conforme a sequência estabelecida no questionário.

### **Análise das respostas:**

1. **Dados pessoais:** as mulheres entrevistadas não precisavam se identificar ao responderem as perguntas, apenas informações sobre idade, cor/raça, escolaridade e ocupação foram solicitadas pelos entrevistadores.

- a) **Idade:** os dados foram agrupados em um gráfico (1.1) seguindo um intervalo médio de 5 anos (não há nenhuma entrevistada com 13, 21, 23, 24, 38, 40, 47, 48, 50, 54, 55, 57, 60, 62, 63, 66 ou 67 anos). Da leitura do gráfico, verifica-se que 20 mulheres possuem de 12 a 17 anos (12%); 23 mulheres de 18 a 22 anos (13%); 12 mulheres de 24 a 28 anos (7%); 28 mulheres de 29 a 33 anos (16%); 20 mulheres de 34 a 38 anos (12%); 25 mulheres de 39 a 43 anos (14%); 11 mulheres de 44 a 49 anos (6%); 10 mulheres de 50 a 54 anos (6%); 16 mulheres de 55 a 59 anos (9%); 6 mulheres de 60 a 64 anos (3%) e 2 mulheres de 68 a 73 anos (1%).
- b) **Autodeclaração de cor/raça:** os entrevistadores foram orientados a não influenciar a resposta das mulheres, que deveriam autodeclarar sua cor. Com isso, as respostas foram muito variadas, algumas mulheres se autodeclararam pretas, outras negras, pardas, morenas, mulatas (incluindo uma que disse ser moreninha canela), mestiças e brancas. Considerando a classificação do IBGE, que divide as opções de cor/raça em branca, preta, amarela, parda ou indígena,



**DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISA DE ACESSO À JUSTIÇA**

as mulheres que responderam serem escuras, pretas ou negras, foram incluídas no grupo “pretas”, totalizando 53 mulheres (31%); pardas, morenas, mulatas no grupo “pardas”, no total de 82 mulheres (47%); e brancas no grupo “brancas”, no total de 36 mulheres (21%). Das 173 mulheres entrevistadas, 2 não responderam essa pergunta (ver gráfico 1.2).

- c) **Escolaridade:** as opções de respostas sobre a escolaridade não foram predefinidas e as mulheres forneceram informações variadas, algumas se referiram ao ano ou a série cursada, outras ao ensino primário, fundamental, médio ou superior. Com o intuito de sistematizar esses dados, as respostas que indicaram entre 1ª e 8ª séries foram consideradas como ensino fundamental, tendo em vista a regulamentação anterior à reforma promovida pela Lei 11.274/2006, que alterou para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório. Nessa linha, as respostas que indicaram 1º ano e 2º ano foram consideradas como ensino médio. Depois da reforma, os parâmetros curriculares nacionais passaram a considerar o ensino fundamental do 1º ano ao 9º ano, mas todas as mulheres que disseram ter cursado o 1º e 2º anos se referiram expressamente ao ensino médio, com exceção de uma, que disse ter cursado apenas o 1º ano. Como essa mulher tem 25 anos, o gráfico a contabilizou no ensino médio, presumindo-se que concluiu o curso mais jovem, seguindo a classificação anterior. Já as respostas que indicaram 5º ano, 7º ano e 9º ano foram classificadas como ensino fundamental, pois só poderiam se referir a nova divisão, já que não existem esses anos no ensino médio.

Não foram considerados os dados sobre o ensino ser completo ou incompleto, pois algumas mulheres deram essa informação ou disseram estar cursando determinado ensino, mas outras não, não sendo possível concluir que isso significa terem completado o ensino mencionado.

Assim, as respostas foram indicadas no gráfico 1.3 a partir da divisão ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e analfabetas. As respostas ensino primário foram incluídas no ensino fundamental. Seguindo essa classificação, 93 mulheres responderam a opção “ensino fundamental” (54%), 70 mulheres disseram “ensino médio” (41%), 7 mulheres responderam “ensino superior” (4%) e 2 se declararam “analfabetas” (1%).

- d) **Ocupação:** nessa pergunta também não haviam opções preestabelecidas. As mulheres responderam livremente e algumas fizeram referência a mais de uma ocupação. As respostas foram agrupadas em 8 categorias (gráfico 1.4): “aposentada/pensionista” (2 mulheres); “desempregada” (7 mulheres); “do lar” (55 mulheres); “doméstica ou diarista”, incluindo quem respondeu ser faxineira (16 mulheres); “estudante”, incluindo a resposta curso de manicure (27 mulheres); “setor de comércio”, englobando as que responderam serem comerciante, balconista, empacotadora, estoquista, comerciária, atendente de venda, vendedora e atendente de papeleria (14 mulheres); “setor de serviços”,



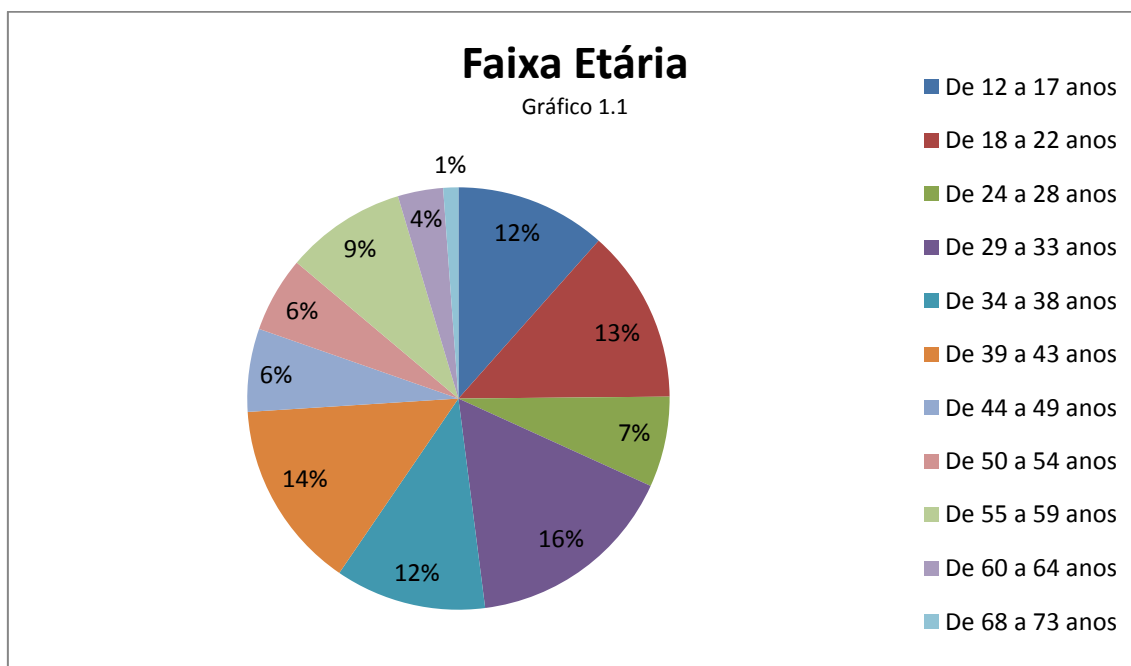
## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISA DE ACESSO À JUSTIÇA

considerando as respostas auxiliar de serviços gerais, auxiliar de creche, auxiliar de escritório, auxiliar de produção, babá, cabelereira, costureira, encarregada de costura, cozinheira, cuidadora de idosos, vigilante, técnica de enfermagem, explicadora, professora, gari, manicure, ornamentadora, promotora de vendas, recepcionista, assessora de imprensa, assistente social, auxiliar no TJ e reciclagem (48 mulheres); e “sem ocupação/não informado” (4 mulheres).

Do total, seis mulheres disseram ter duas ocupações, três delas mencionaram uma ocupação além de do lar e foram contabilizadas pela ocupação indicada (secretária, costureira e diarista), duas mencionaram serem estudantes e acrescentaram autônoma e do lar, mas foram contabilizadas como estudantes, além de uma mulher que indicou ser aposentada e cozinheira e foi contabilizada como aposentada.

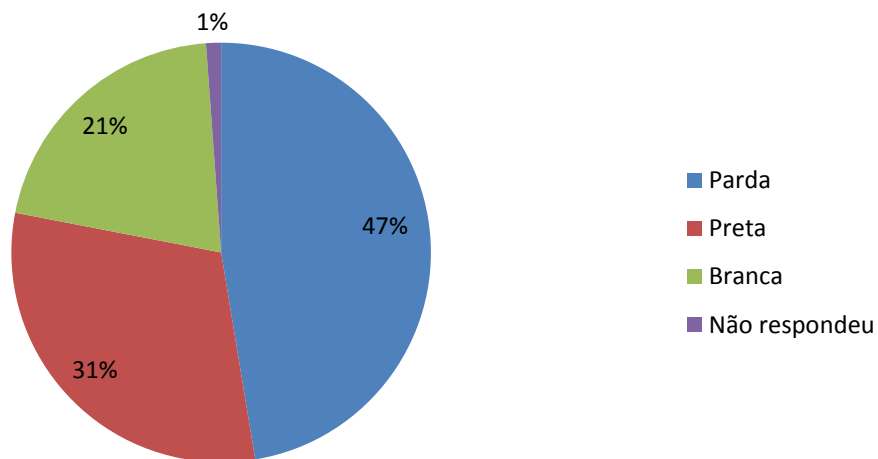
É importante mencionar que, em alguns casos, os entrevistadores, quando recebiam a resposta “desempregada”, perguntaram se a entrevistada trabalhava em casa e, em caso afirmativo, escreveram “do lar” como resposta.





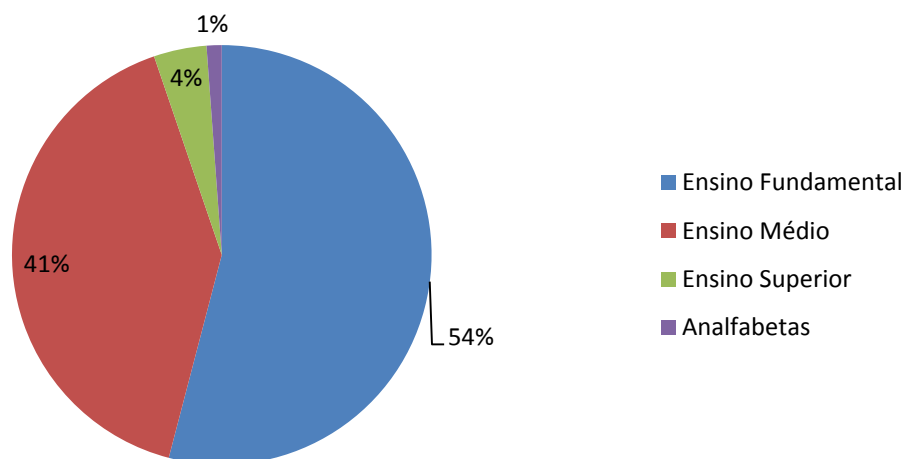
### Cor

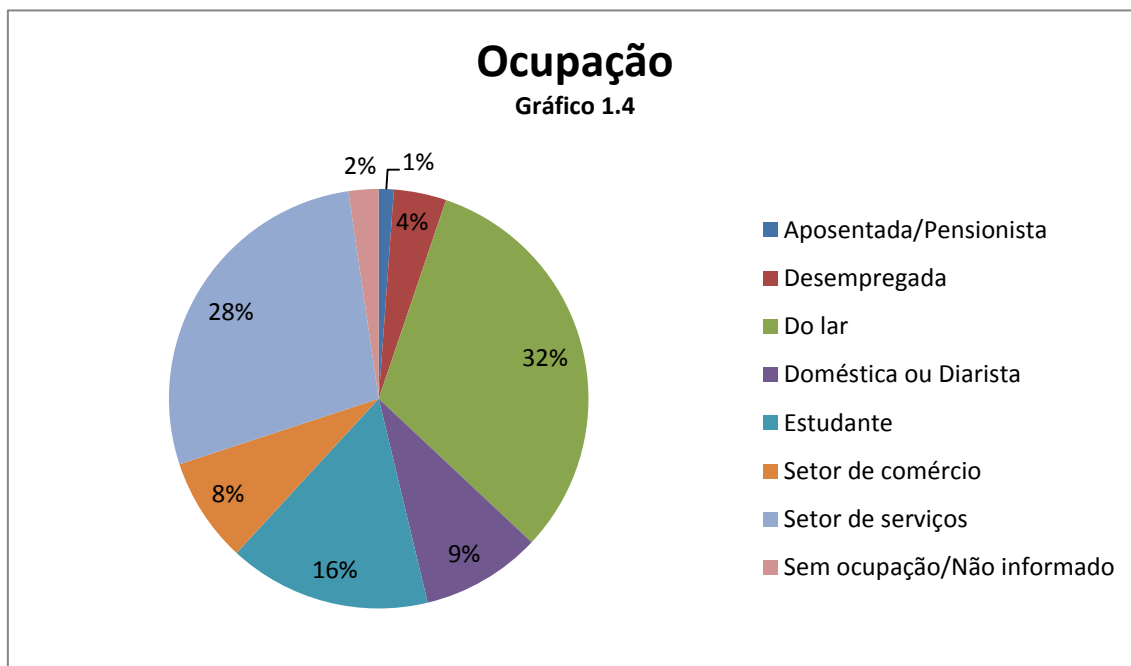
Gráfico 1.2



### Escolaridade

Gráfico 1.3





2. **Violência contra a mulher:** nessa parte do questionário, as mulheres responderam perguntas sobre sua percepção da violência e as instituições de atendimento.

- a) **Instituição/lugar que uma mulher em situação de violência deve procurar/acessar:** apesar de constar no questionário uma relação de instituições, os entrevistadores foram orientados a não ler as opções para as mulheres, mas apenas indicar na lista a resposta que, caso não constasse na relação, deveria ser assinalada na opção “outros”. A 1ª resposta da entrevistada foi marcada com o nº 1 e as seguintes com um x. A maioria respondeu como primeira opção “delegacia” (110 mulheres) ou “DEAM” - Delegacia Especial de Atenção à Mulher (35 mulheres), no total de 145 mulheres. Nessa opção foi incluída uma resposta “polícia da mulher”, supondo-se que a entrevistada se referia à DEAM, uma vez que não há essa categoria na polícia militar. Na sequência, 8 mulheres responderam “polícia” e 8 mulheres disseram “Lei Maria da Penha”. A “Defensoria Pública” foi a opção de 3 mulheres, “Justiça” de 2 mulheres, “UPP” de 2 mulheres. A opção “nenhuma” foi indicada por 2 mulheres e 3 não souberam responder (gráfico 2.1).

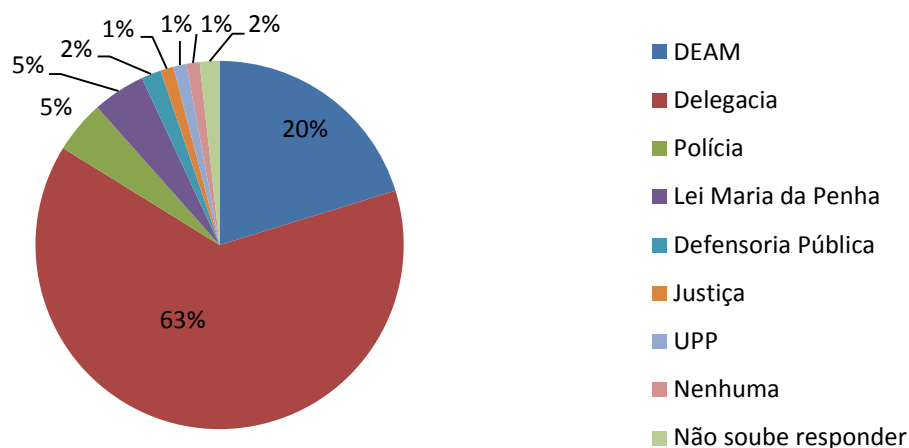
30 mulheres indicaram uma 2ª instituição. Dessas, 4 indicaram a DEAM; 2 a delegacia; 4 a polícia; 5 a Lei Maria da Penha; 1 a Defensoria Pública; 1 a UPP; 5 o hospital. A opção outros, no total de 8, se refere a mulheres que disseram divórcio, vara da infância, denúncia anônima; Tribunal; Conselho Tutelar; ONG; enfrentar o agressor; alguém próximo.



b) **Você conhece a Lei Maria da Penha:** das 173 mulheres entrevistadas, 144 disseram conhecer a Lei Maria da Penha (83%), enquanto 14 responderam que não conhecem (8%) e 15 responderam mais ou menos ou que ouviu falar (9%).

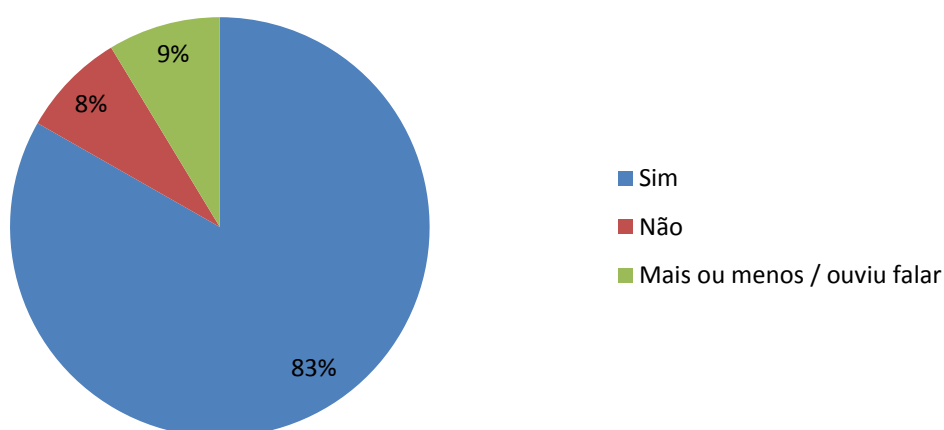
### Primeira instituição indicada em caso de violência

Gráfico 2.1



### Conhecem a Lei Maria da Penha

Gráfico 2.2



3. **Mulher e saúde pública:** nesse bloco de perguntas as mulheres foram questionadas sobre direitos sexuais e reprodutivos, incluindo números de filhos,



**DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISA DE ACESSO À JUSTIÇA**

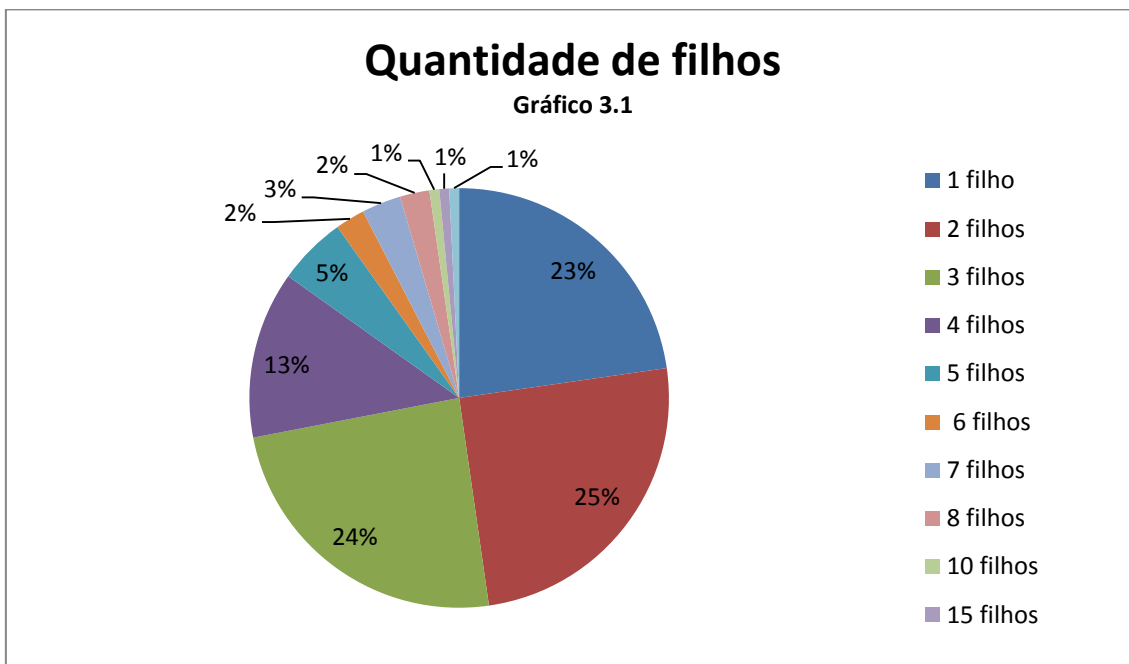
realização de pré-natal, utilização dos serviços públicos de saúde e orientação sexual e reprodutiva.

a) **Filhos:** as mulheres foram indagadas se tem filhos, quantos filhos, com quantos anos tiveram o 1º filho e se fizeram pré-natal durante a gravidez.

Do total, 132 mulheres disseram ter filhos (76%) e 41 mulheres não (24%). Das que responderam afirmativamente, as mulheres que tem entre 1 e 3 filhos são 72% do total (gráfico 3.1), seguidas das que tem 4 filhos (13%) e das que possuem 5 filhos (5%). As demais configuram uma minoria que possuem 6, 7, 8, 10 e 15 filhos (10%). A média de filhos por mulher é de 2,96.

Das 132 mulheres que possuem filhos, 126 fizeram pré-natal, sendo que uma delas teve 4 filhos e só fez o pré-natal de 2 filhos, e 4 não fizeram. Desse universo, 2 mulheres não responderam.

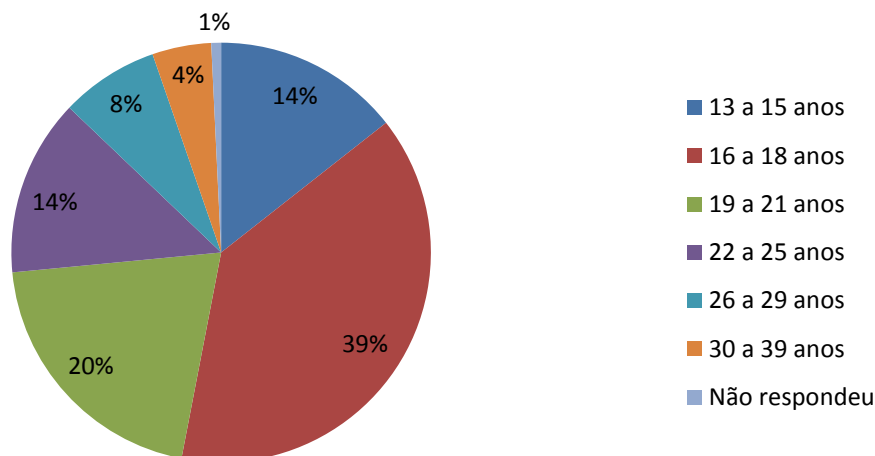
A faixa etária no nascimento do 1º filho foi agrupada em 7 opções (gráfico 3.2): 19 mulheres tiveram o 1º filho entre 13 e 15 anos; 51 mulheres entre 16 e 18 anos; 27 mulheres entre 19 e 21 anos; 18 mulheres entre 22 e 25 anos; 10 mulheres entre 26 e 29 anos; 6 mulheres entre 30 e 39 anos; 1 mulher não respondeu. A média de idade de quando as mulheres tiveram o 1º filho é de 19,3 anos.





## Faixa etária no nascimento do primeiro filho

Gráfico 3.2



- b) **Usuária da rede pública de saúde:** sobre esse item, 162 mulheres responderam que são usuárias da rede pública de saúde, enquanto 11 mulheres disseram que não.

Com relação à pergunta sobre já ter utilizado serviços de ginecologia/obstetrícia, 142 mulheres responderam sim e 15 responderam não, no caso da rede pública de saúde. Do total, 16 mulheres disseram que fizeram uso desses serviços na rede particular.

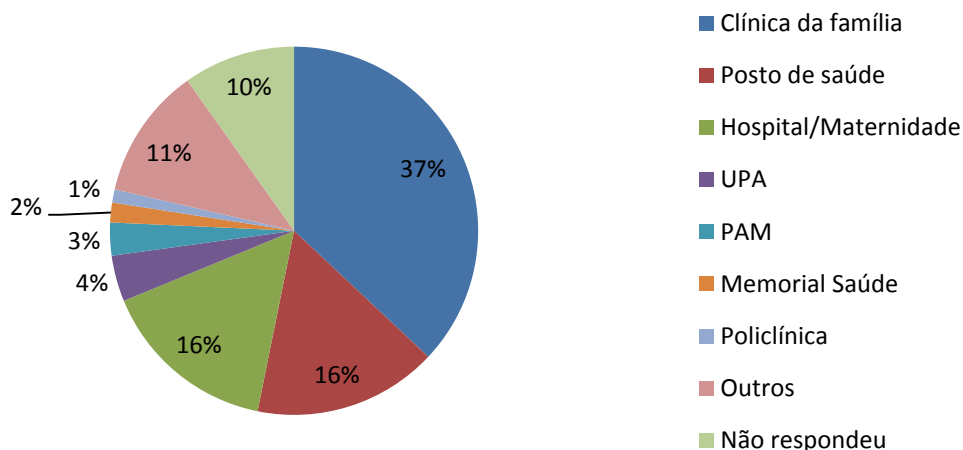
Na sequência, as mulheres foram perguntadas sobre o local onde utilizaram esses serviços (gráfico 3.3). A Clínica da Família foi a opção escolhida indicada por 64 mulheres; Hospital/Maternidade por 27 mulheres; 28 mulheres optaram por Posto de Saúde; 7 mulheres responderam UPA; 5 mulheres disseram PAM, sendo que algumas foram específicas quanto ao PAM de Del Castilho, 3 mulheres mencionaram o Memorial Saúde, sendo que algumas foram específicas quanto ao Memorial Saúde Bonsucesso, e 2 mencionaram a Policlínica. Na opção outros foram agrupadas as respostas ONG, Clínica conveniada ao INPS, Centro Municipal de Saúde e Sindicato do Trabalho, uma vez que apenas uma mulher se referiu a cada uma delas, além de um caso em que foi assinalado outros, sem especificação e um caso inelegível, no total de 20 mulheres. Das 173 entrevistas, 17 mulheres não responderam.





## Atendimento serviços ginecologia/obstetrícia

Gráfico 3.3

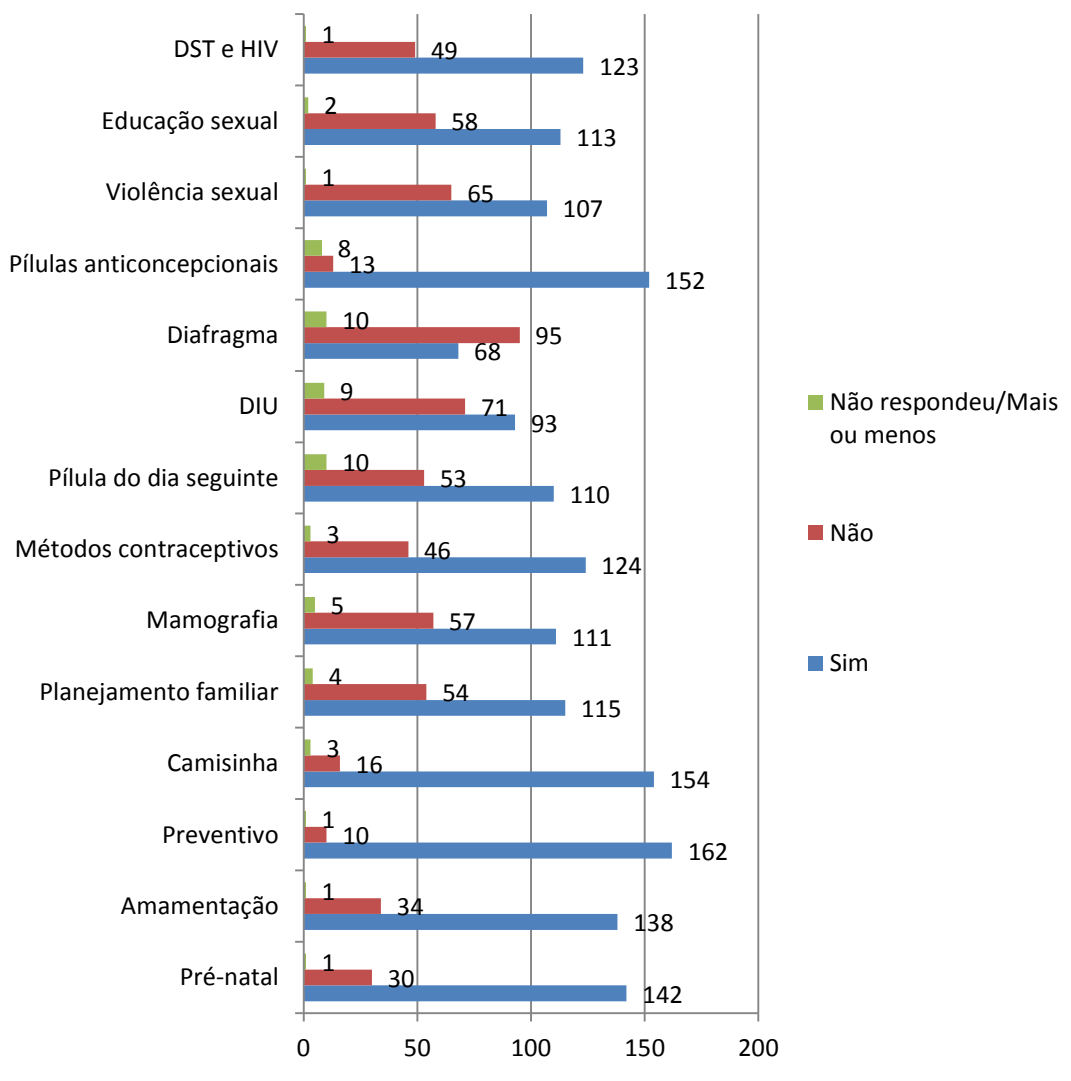


- c) **Orientação/informação:** em seguida, as mulheres responderam se já receberam orientação/informação sobre uma lista de itens, incluindo pré-natal; amamentação; preventivo; camisinha; planejamento familiar; mamografia; métodos contraceptivos; pílula do dia seguinte; DIU; diafragma; pílulas anticoncepcionais; violência sexual; educação sexual; prevenção, tratamento e acompanhamento das DST e HIV. O gráfico 3.4 ilustra a proporção entre respostas sim e não, além dos casos em que a entrevistada respondeu mais ou menos ou não respondeu. Duas entrevistadas complementaram a resposta dizendo que souberam sobre “Prevenção, tratamento e acompanhamento de DST e HIV” através de trabalhos na escola.



## Acesso a informação/orientação

Gráfico 3.4



4. **Mulher e a defesa de direitos:** nesse bloco as mulheres responderam se conhecem a Defensoria Pública, se já utilizaram seus serviços e, no caso de resposta afirmativa, onde ou quais serviços utilizaram.

Do total de 173 mulheres, 107 responderam que conhecem a Defensoria Pública, 54 disseram que não conhecem e 12 responderam mais ou menos ou que já ouviram falar. Sobre já ter utilizado os serviços da Defensoria Pública, 62 responderam sim e 111 disseram não.

Das 107 mulheres que conhecem a Defensoria, 58 disseram que utilizaram seus serviços, ou seja, 4 mulheres disseram não conhecer a Defensoria, mas responderam sim à pergunta sobre ter utilizado os seus serviços. Com base nas impressões dos entrevistadores, é possível afirmar que isso ocorreu porque, apesar de ter utilizado os



**DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISA DE ACESSO À JUSTIÇA**

serviços, essas mulheres quiseram dizer que não conhecem exatamente o que a Defensoria faz ou, então, que não conhecem a Defensoria, mas estavam utilizando os serviços naquele dia específico.

Das 62 mulheres que disseram já ter utilizado os serviços da Defensoria, 59 mulheres indicaram diversos lugares ou atendimentos que dificultaram uma sistematização em razão de sua diversidade, conforme indicado a seguir: Mulheres da Paz; pensão alimentícia; processo criminal; vara de família; núcleo de família; núcleo cível; vara cível; vara de infância; telefone; habilitação para casamento; NUSPEN; ação global (DNA e separação); ônibus da Defensoria; JEC; documentação; Fazenda Pública (remédio e transferência hospital); herança; Centro (ação em face da Light para religar a luz, divórcio e núcleo de defesa do consumidor); Olaria (divórcio, núcleo cível e identidade); estupro da filha; Penha (divórcio, pensão alimentícia e família); alvará judicial; DNA; reconhecimento de paternidade; núcleo UERJ; consumidor; Itioca; Complexo do Alemão; juizado de infância e juventude; guarda; Meier (guarda); Praça XV; direito do trabalho; Pílares (núcleo de família e guarda).

Praticamente todas essas respostas apareceram apenas uma vez, com exceção das seguintes: 2 menções a consumidor; 3 a divórcio; 7 a família; 4 a guarda; 5 a cível; 12 a pensão alimentícia; 2 a reconhecimento de paternidade e 5 a ação global/caravana de direitos.

5. **Impressões gerais:** alguns questionários trouxeram impressões gerais do entrevistador sobre as entrevistas, seja a que tinha acabado de ser realizada, como sobre a sua atividade até o momento. Essas impressões foram reproduzidas literalmente a seguir.

Várias mulheres falaram que a mulher tem que bater de volta, revidar, enfrentar. Que a Maria da Penha não funciona.
A entrevistada conheceu a DP através de uma ação semelhante a essa.
A entrevistada somente contatou a Defensoria pelo telefone, desconhece a localização.
Disse que a Lei Maria da Penha não adianta nada.
Pouco receptiva, nunca tinha ouvido falar em métodos contraceptivos e disse que Lei Maria da Penha era uma instituição.
Clínica da família é uma merda. Tem que fechar.
Você conhece a DP? "É o prédio do centro?"
Não conhece bem os serviços da defensoria.
Disse ter sido vítima de violência doméstica. "Fui enquadrada na Lei Maria da Penha".
Precária a situação de quem depende da delegacia.
Resposta a pergunta 1: "nenhuma, pois nenhuma resolve".
Reclamou muito do serviço de saúde.
Antes de dar qualquer resposta, olhava para o namorado que a acompanhava.
Tirou Severina do nome.
A entrevistada questionou a eficácia da Lei Maria da Penha no combate à violência contra a mulher.
Sugeriu que o tema violência contra a mulher fosse discutido na escola. "Não sabemos os tipos de violência".
Polícia já não resolve mais nada, mas não tem outro jeito.



**DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISA DE ACESSO À JUSTIÇA**

“Lei Maria da Penha não adianta muito nada”. Só tem informações porque paga médicos particulares e vai pelo trabalho.
---

Muito solícita e informada, pertenceu ao Mulheres da Paz.
---

Ouviu falar sobre a Lei Maria da Penha na TV.
---

6. **Sugestões finais sobre o questionário:** uma vez que a aplicação do questionário não foi submetida a testes que pudessem identificar alguma inadequação na elaboração das perguntas, a sua utilização, pela primeira vez, no Complexo do Alemão, foi a oportunidade encontrada para sua reformulação. Nesse sentido, algumas questões foram apresentadas pelos entrevistadores e serão expostas a seguir.

Com relação à pergunta 1, o emprego do termo “instituição/lugar” acabou induzindo a resposta de forma que poucas mulheres responderam que procurariam amigos, vizinhos, família etc. Além disso, poderia ser mais interessante formular a pergunta em 1ª pessoa (“Quem você procuraria”) e indicar que se trata especificamente de violência doméstica.

Na pergunta 5 seria interessante esclarecer se o uso dos serviços de ginecologia/obstetrícia se refere apenas aos casos em que a entrevistada é usuária do serviço público de saúde ou também quando faz uso desses serviços no sistema privado.

Durante a pesquisa, foi possível perceber que ao responder a pergunta 6, a entrevistada não sabia se a pergunta se referia ao fato dela já ter feito/utilizado os procedimentos descritos nos itens ou se apenas tinha relação ao seu conhecimento sobre eles.



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISA DE ACESSO À JUSTIÇA ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

### Dados pessoais:

Idade: \_\_\_\_\_

Autodeclaração de raça/cor: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

### Violência contra a mulher (percepção da violência e as instituições de atendimento). Conhecimento sobre a Lei Maria da Penha.

**1) Qual a primeira instituição/lugar que uma mulher em situação de violência deve procurar/acessar (evidenciar a primeira escolha com o número “1” e as demais com X. Não ler as opções para a entrevistada).**

( ) Unidade de saúde      ( ) UPP      ( ) Delegacia      ( ) DEAM

( ) Justiça      ( ) Tribunal      ( ) Juizado de violência Doméstica

( ) Defensoria Pública      ( ) Ministério Público

( ) Centro de Referência da Mulher

( ) Família      ( ) Escola      ( ) Vizinhança      ( ) Amiga/o

( ) Igreja      ( ) Pastor

( ) Outros \_\_\_\_\_

**2) Você conhece a Lei Maria da Penha? ( ) SIM ( ) NÃO**

### Mulher e saúde pública. Percepção de direitos sexuais e direitos reprodutivos.

**3) Você tem filhos? ( ) SIM ( ) NÃO Quantos? \_\_\_\_\_**

**3.1 Se sim, você fez pré-natal? ( ) SIM ( ) NÃO**

**3.2 Com quantos anos teve o 1º filho? \_\_\_\_\_**

**4) Você é usuária da rede pública de saúde? ( ) SIM ( ) NÃO**

**5) Você já utilizou serviços de ginecologia/obstetrícia? ( ) SIM ( ) NÃO**



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISA DE ACESSO À JUSTIÇA

## 5.1 Onde?

- ( ) Clínica da Família ( ) Centro Municipal de Saúde  
( ) Policlínica ( ) Hospital/Maternidade ( ) Posto de Saúde  
( ) Outros \_\_\_\_\_

## 6) Você já recebeu orientação e/ou informação sobre:

	SIM	NÃO
Pré-natal		
Amamentação		
Preventivo		
Camisinha		
Planejamento familiar		
Mamografia		
Métodos contraceptivos		
Pílula do dia seguinte		
DIU		
Diafragma		
Pílulas anticoncepcionais		
Violência sexual		
Educação sexual		
Prevenção, tratamento e acompanhamento das DST e HIV		

Outros: \_\_\_\_\_

## Mulher e a Defesa de Direitos

7) Você conhece o a Defensoria Pública ( ) SIM ( ) NÃO

7.2 Já utilizou o/os serviço/s ( ) SIM ( ) NÃO

7.1 Qual?/Onde? \_\_\_\_\_

**Impressões gerais:** você pode anotar aqui alguma questão que chamou a sua atenção durante a entrevista.